



A Crise de 1929 e seus reflexos no Brasil: a repercussão do crack na Bolsa de Nova York na imprensa brasileira¹

MARTINS, Luis Carlos dos Passos *PhD. História², PUC-R*
KRILOW, Leticia Sabina Wermeier, *graduanda³, PUC-RS*

Esse artigo objetiva apresentar os resultados parciais de uma pesquisa mais ampla (*Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no Brasil Republicano*), analisando a Crise de 1929 e suas repercussões no Brasil. Nosso objetivo central está em avaliar a forma como a grande imprensa brasileira – representada pelos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Folha de S. Paulo* - repercutiu o “crack” da Bolsa de Nova York e suas consequências no Brasil. Esse tema se justifica porque a Grande Depressão desencadeada pela “Crack de 29” desarticulou completamente a economia internacional, constituindo um teste para o capitalismo e promovendo, no mesmo movimento, mudanças nas políticas econômicas vigentes antes de 1929. O Brasil, sendo um país agroexportador, sofreu fortemente com o colapso econômico, tendo que modificar radicalmente a sua estrutura econômica. Estudar a forma como a grande imprensa brasileira abordou o “crack” na Bolsa de Nova York é importante porque ajuda a compreender: a) como esse episódio foi percebido no país dos círculos intelectuais e políticos e b) qual a posição dos grandes jornais sobre o tema, sobre a economia e a posição do Brasil no mundo capitalista.

Palavras-Chave: Imprensa; Crise de 29; economia.

Introdução

Esse texto tem como objetivo central apresentar os resultados parciais de uma pesquisa mais ampla (*Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no Brasil Republicano*)⁴. Neste recorte, serão analisados os principais aspectos econômicos e políticos da Crise de 1929 e suas repercussões no Brasil. Em um segundo momento, iremos nos deter na forma como a imprensa brasileira repercutiu o “*crack*” da Bolsa de Nova York.

¹Trabalho apresentado no GT: História da Mídia Impressa, integrante do 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015.

² PUCRS, PhD. História, professor do Curso de Graduação em História da PUCRS e do PPG-História PUCRS. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1514419297579055>

³PUCRS, graduanda do curso de História da PUCRS e bolsista PROBIC/FAPERGS 2014-2015, pela PUCRS, no projeto *Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no Brasil Republicano*. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/500375746070301>

⁴ Essa pesquisa está sendo desenvolvida no PPG-História PUCRS, contando com financiamento da PUCRS/FAPERGS. E-mail: leticia.krillow@acad.pucrs.br.



Esse tema se justifica porque a Grande Depressão desencadeada pela “quebra” da Bolsa de Nova York desarticulou completamente o mercado mundial. Foi um teste para o capitalismo (REZENDE, 2008), que teve, entre as suas consequências, a mudança das políticas econômicas vigentes antes de 1929, tanto em níveis internos como externos. O Brasil, sendo um país agroexportador, sofreu fortemente com o colapso econômico e procurou alterar a sua estrutura e política econômicas como forma de reação à crise (FURTADO, 1963).

Estudar a forma como a grande imprensa brasileira abordou o “*crack*” na Bolsa de Nova York é de fundamental importância, porque nos ajuda a compreender: a) como esse episódio repercutiu fora dos debates econômicos efetuados por técnicos em economia e formuladores de políticas públicas; b) qual a posição dos jornais sobre o tema.

O presente artigo irá se focar na imprensa carioca e paulista, através de quatro jornais que, conforme hipótese defendida aqui, representariam linhas doutrinárias diferentes: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Nossa preocupação maior é averiguar qual a percepção desses jornais sobre o “*crack*” da Bolsa de Nova York. A análise se deterá entre os dia 24 de outubro de 1929 e o final de 1930, pois, a pesquisa não se concentrou apenas na “quebra” da Bolsa, mas se estendeu pelo ano de 1930, a fim de verificar se os jornais trabalhados ligaram de alguma forma o evento da queima do café com a crise mundial em curso.

Para desenvolver o presente trabalho, optamos por analisar, de forma comparativa, como a imprensa estudada: a) visualizou a quebra do Bolsa de Valores de Nova York, b) procurou dar uma explicação para a origem e/ou causa da mesma e, por fim, c) os reflexos desse fato no Brasil e no mundo. Essa divisão em grandes categorias-chave permite-nos formar um panorama geral sobre a visão dos jornais acerca do tema. Por fim, vale recordar que, para a abordagem desse material, foi utilizada a metodologia da Análise Textual Discursiva, com bases nos escritos de Laurence BARDIN (2011) e Roque MORAES (2003), a qual é considerada como mais adequada para compreender o conteúdo discursivo em séries longas, com base no processo de categorização.

Mundo Pré 1929



A economia nos anos anteriores à Depressão transcorria sob a égide do capitalismo comercial ou liberal, caracterizando-se por uma forte desregulamentação, ao compararmos com os parâmetros atuais. Não havia controle por parte do Estado sobre o capital, sobre os tipos de investimento ou sobre o comércio⁵. Havia muita concorrência, porém, com baixa produção em cada fábrica. Outro elemento próprio ao período era o baixo controle do poder público sobre a entrada e saída de dólares dos países (FRIEDEN, 2008).

Depois da Primeira Guerra Mundial, enquanto a Europa se recuperava e retomava vagarosamente o crescimento econômico e financeiro, os Estados Unidos, excetuando-se os anos de 1920-22, cresceu continuamente na década de 1920 até 1929 (REZENDE, 2008, p. 202). Cyro Rezende (2008) elenca como motivos do desenvolvimento econômico e financeiro dos EUA as altas taxas de acumulação de capital e investimentos, o crescimento demográfico, a expansão do crédito, o reforço de sua posição hegemônica mundial, a condição de primeiro produtor mundial de carvão, eletricidade, petróleo, ferro e aço fundidos, metais não ferrosos e fibras têxteis e, por fim, um balanço de pagamentos sempre favorável (grande exportador mundial). Além disso, podem ser ainda mencionados o pioneirismo do consumo de massa de bens duráveis, a incorporação de tecnologias modernas e a “administração científica” sistematizada por Frederick Taylor⁶: o fordismo⁷. Tudo isso gerava um incremento produtivo que afetava a Nação como um todo, embora a distribuição da renda não fosse obrigatoriamente equivalente em todos os estratos sociais (PARKER, 2009, p.30-31).

⁵ A liberdade para investimentos externos era ampla na maioria dos países e podia-se importar e exportar o que fosse desejado. Embora houvesse impostos alfandegários, as taxas eram inferiores a 20% e não possuíam o intuito de proteção comercial e sim simples arrecadação para os Estados (FRIEDEN, 2008).

⁶ O taylorismo, método criado por Frederick Taylor, é uma concepção de produção baseada em um método científico de organização do trabalho. Partindo dessa concepção, o trabalho industrial passa a ser fragmentado, com cada trabalhador exercendo uma atividade específica na produção. O tempo para se produzir algo também passou a ser cronometrado e as funções hierarquizadas e sistematizadas. O que ofereceu um aumento quantitativo e qualitativo, além de uma redução no custo da produção. O método foi adotado na Suíça, França, Inglaterra e URSS. Para mais informações, consultar Agustín WYDLER (2009).

⁷ A principal diferença e acréscimo do fordismo estiveram na melhor remuneração dos trabalhadores, a fim de proporcionar maior tempo livre e, conseqüentemente, maior poder de consumo (SCIRICA, 2009, p.165-166).



Entretanto, nesses próprios esses elementos, que geraram o crescimento econômico e financeiro, já se encontravam, em germe, os aspectos que acabariam desencadeando a grande crise ou mesmo agravando-a após sua irrupção.

Articulações para a Crise

Com o final da Primeira Guerra Mundial, o eixo econômico mundial já havia se transferido da Europa para a América do Norte. O modo como os encargos para reparação dos danos causados pela Guerra foi impostos à Alemanha marcou a trajetória econômica da década de 1920. Em 1924, a Europa já estava basicamente recuperada e os países já haviam retomado – ou quase – os índices de 1914. Mas as relações econômicas e financeiras não se configuraram nas mesmas linhas do pré-guerra.

Nos Estados Unidos, nos anos 1920, entretanto, toda sua prosperidade estava colocado sobre bases frágeis. Pode-se assinalar que “o *crack* da Bolsa de Valores foi resultado de uma década de desenvolvimento econômico, onde as curvas da oferta e da demanda se afastavam cada vez mais, tentando ser aproximadas por vultosos financiamentos ao consumo⁸” (REZENDE, 2008, p. 208). Aliado a grandes ondas especulativas no mercado de ações, o que foi facilitado, novamente, pelo crédito ampliado. O agravante era que muitos capitais europeus estavam migrando para a Bolsa de Nova York, o que era agravado pelo fato de o balanço de pagamentos positivo dos EUA implicar em pouco dólar em circulação no mercado mundial⁹. Em consequência, o

⁸ Por um lado como salienta Rezende (2008) havia uma alta concentração de renda sem redistribuição (apenas 5% da população recebia um terço do rendimento pessoal global). Isso gerava um problema estrutural profundo, pois a capacidade do mercado consumidor interno de absorver a produção industrial, que crescia assustadoramente, era reduzida gradual e significativamente. A ausência de leis trabalhistas e assistencialistas também diminuía a capacidade de consumo. Por outro lado, a produção era inflexível, ou seja, primeiro era feita a produção dos bens, sendo estes estocados e, apenas posteriormente, lançados no mercado. Unindo esses fatores, ocorre a superprodução (consistem em se produzir mais do que a real capacidade do mercado em absorver a produção). Para contornar a superprodução, a linha de créditos era ampliada, aumentando o consumo. O meio agrícola também enfrentava muitas dificuldades com as crises de superprodução, pois estas faziam os preços dos produtos primários baixarem.

⁹ Os Estados Unidos tinham a balança comercial sempre favorável, pois além de venderem para o restante do mundo, eles não compravam nada. Assim reduziam muito a quantidade de dólar em circulação mundial, pois o comércio internacional era feito na moeda que estivesse vinculada ao padrão ouro, neste período apenas o dólar, e quem tinha dólar eram os norte-americanos e se os americanos não compravam nada de ninguém o dólar praticamente não saía de solo americano. O padrão-ouro é um sistema monetário, que visa a estabilização econômica. Exigia que as principais moedas correntes fossem fixadas num valor específico em relação ao ouro, com as moedas secundárias ajustadas à libra ou ao dólar. Era um sistema rígido, mas tinha o mérito da disciplina, por isso os banqueiros gostavam dele. O padrão-ouro



impacto mundial do *crack* da Bolsa foi muito expressivo, pois, em 1929, os EUA representavam 45% da produção industrial mundial e 12% das importações mundiais, além de terem sustentado, até então, por empréstimos e investimentos de capital, a recuperação europeia da Primeira Guerra Mundial. Diante da perspectiva de crise, os acionistas fizeram o possível para vender suas ações, o que provocou um acelerado declínio, levando à queda nos investimentos, na produção e no emprego. A “Quinta-Feira Negra” – 24 de Outubro de 1929 - foi o ápice de vários abalos que já vinham ocorrendo desde o início do ano.

A Grande Depressão

As economias mundiais já haviam passado por outras crises cíclicas, porém, nenhuma com a proporção que tomou a crise de 1929. Cyro Rezende aponta as seguintes consequências imediatas à crise: falências, desemprego, declínio de salários, declínios nos preços dos produtos (deflação), pobreza que gera subalimentação, construção de favelas ao redor dos centros industriais, agitação social, recuo da produção, do comércio e das finanças em nível mundial (REZENDE, 2008, p. 209 – 210). Mas os efeitos não foram apenas momentâneos. Eles perduraram vários anos.

Em 1932, a produção industrial havia caído 50%, o investimento não era suficiente para reparar o parque industrial instalado e o sistema bancário desmoronou (entre 1929 e 1933 quebraram mais de dez mil bancos). O número de desempregados passou de quatro milhões, em 1929, para treze milhões, em 1930 - 25% da força de trabalho (SCIRICA, 2009 p.171). O setor mais afetado foi o agrário, que englobava 25% da população¹⁰. A indústria pesada também recebeu um duro golpe pela insuficiência de demanda.

Uma vez ocorrida a crise, cessou os empréstimos efetuados pelos Estado Unidos, assim como ocorreu uma diminuição drástica no volume de importações. As medidas protecionistas norte-americanas, adotadas já em 1930, que fizera um bloqueio em torno do mercado interno deste país, estrangulou o “maior negócio do mundo, ou seja, o

requeria, dos países que o mantinham, depósitos de ouro relativos à quantidade de cédula e moedas emitidas (PARKER, 2009, p.55).

¹⁰ As reservas de cereais e de algodão foram vendidas a qualquer preço. Todas as indústrias ligadas ao campo foram afetadas (produção de tratores, adubos, sementes, etc.).



comércio”¹¹ - lei tarifária Smoot-Hawley. Em consequência, o comércio mundial, entre 1929 e 1934, caiu para dois terços (PARKER, 2009, p.194 e 195). A reimportação do capital norte-americano, causou um colapso no sistema financeiro da Europa. (FRIEDEN, 2008, p. 193).

À medida que os compradores desapareciam, os preços também caíam. Neste momento, a ortodoxia ainda influenciava a ação econômica dos principais países. Por ela, o mercado se ajustaria, ou seja, era preciso que os preços e salários caíssem. Com preços muito baixos, os compradores reapareceriam e, conseqüentemente, haveria estímulo para o aumento da produção, os desempregados voltariam ao trabalho e, assim, a economia se reestabeleceria. A realidade, porém, demonstrou-se mais grave e a receita ortodoxa insuficiente para dar saída à crise que se avolumava.

Em Harvard, as discussões eram acaloradas, com os mais jovens, como Keynes e Harry Dexter White, desafiando a ortodoxia liquidacionista. A maioria dos industriais e o governo achavam que a solução estava em “dívida pública baixa, impostos baixos e interferência mínima do governo”. Keynes, pelo contrário, acreditava que era necessário ampliar a oferta monetária através de gastos do governo, para o que seria fundamental a intervenção estatal, ou seja, pregava uma solução mais radical baseada no aumento da liquidez, enquanto os clássicos pregavam pela poupança (PARKER, 2009, p. 284). Hoover se via em meio a estas duas escolas, com teorias econômicas opostas (PARKER, 2009, p.73). A forte predominância do ortodoxismo econômico pôde ser perceptível pelos relatos que Galbraith (1972) recolheu, os quais demonstravam que, às vésperas do crack da bolsa, os homens de negócios gritavam a todo pulmão que a prosperidade iria continuar e que a nação americana poderia ficar segura, pois a prosperidade estava assentada em bases sólidas (CANO, 2012, p.127).

Havia ainda uma forte discussão quanto aos fatores que teriam originado a crise, os quais podemos resumir em linhas doutrinárias distintas: a) a explicação baseada na Bolsa de Valores e em fatores monetários, segundo a qual o crack foi resultado do auge especulativo desencadeado na Bolsa de Valores, decorrente da expansão monetária e de

¹¹ Criada pelo senador Utah Reed Smoot e pelo congressista Charles Hawley. Elevava todas as barreiras tarifárias. Esta e outras medidas levaram um problema local – Nova York – a atingir um nível mundial. O que reduziu bruscamente os balanços de pagamentos de diversos países. Frente a essa situação, como forma de retaliação, diversos países também ergueram barreiras protecionistas o que desarticulou o padrão ouro que equilibrava os intercâmbios.



crédito¹²; b) explicações centradas nos fatores reais da economia, ou seja, na concepção, por exemplo, que a crise se desencadeou pelo subconsumo¹³; c) por fim, a explicação defendendo que a crise foi de superprodução¹⁴.

Contudo, apenas após os governos norte-americanos e europeus observarem que as medidas ortodoxas não estavam resolvendo a crise em 1932/33, são tomadas as primeiras medidas de cunho não-ortodoxo. Todas com um fundo comum: a intervenção do Estado para solucionar o problema econômico. Acentuado onde já existia (Alemanha e Japão) e instaurado onde se possuía tradições liberais (Estados Unidos e Inglaterra).

Sintomático é o caso do próprio presidente norte-americano, Franklin Delano Roosevelt, pedir auxílio a Keynes. A partir de 1933, é instituído o New Deal nos Estados Unidos, implicando no fim, mesmo que temporário, do capitalismo liberal (REZENDE, 2008, p.212). Para Keynes, as raízes da Depressão estavam em uma demanda privada e inadequada. Para resolver o problema, era preciso dar dois passos. Primeiro, seria necessário que se controle a produção, adequando-a ao que poderá ser consumido e sem que haja demissões¹⁵. Segundo, aumentar o consumo. O aumento do consumo se faria pela intervenção forte do Estado. O Estado precisaria gastar, precisaria contrair déficit público, contratar, pagar, ou seja, jogar dinheiro na economia, para que essa renda retomasse a produção.

Para Rezende, o *New Deal* não pôde solucionar todos os problemas, devido ao seu caráter emergencial e de não alteração estrutural de mentalidade, rejeitando qualquer programa radical. Entretanto, com essa política, os Estado Unidos saem da crise em três ou quatro anos. Keynes faz uma observação importante, que se refere à manutenção do consumo em longo prazo. Isso dará a base do Estado de Bem-Estar

¹² Ligada a ortodoxia monetária alega que a depressão não só era esperada como era necessária para que a economia se ajustasse, após as distorções e maus investimentos gerados pela expansão do crédito.

¹³ Subconsumo: um nível de consumo inferior ao oferecido pela capacidade produtiva e pelos produtos existentes (SCIRICA, 2009, p.178)..

¹⁴ Superprodução: a produtividade e a produção se aceleraram de forma mais rápida que a capacidade de absorção do mercado. A geração de excedentes sem oportunidades de maiores receitas havia desestimulado o reinvestimento. A diferença para a tese do subconsumo é que está é de cunho marxista e sustenta que o problema está nas próprias características do capitalismo, que gera uma lacuna cada vez maior entre um a pequena quantidade de unidades eficientes e uma grande quantidade de sujeitos excluídos (SCIRICA, 2009, p.178).

¹⁵ Com o intuito de evitar a superprodução foi criado o *National Industrial Recovery Act*. No caso da agricultura foi criado o *Agricultural Adjustment Act*, que procurava reduzir a oferta, para aumentar os preços dos produtos agrícolas básicos, ou seja regular a superprodução.



Social, ou seja, leis trabalhistas, saúde, educação, segurança, custeadas pelo governo, para que os indivíduos possam reverter esse valor, que seria gasto suprindo essas necessidades básicas, em consumo (FRIEDEN, 2008, p. 210).

A Grande Depressão não trouxe apenas mudanças no meio econômico. Seus reflexos atingiram fortemente o campo político. Países como a Alemanha, Itália, Portugal, Japão e quase todos os países da Europa Centro-Oriental (Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, Romênia, Iugoslávia, Bulgária, Hungria, Áustria, Albânia e Grécia), desenvolveram um Estado Autoritário no limite – o fascismo. Na América Latina, a Grande Depressão desencadeou a constituição de Estados autoritários-nacionalistas de cunho populistas (REZENDE, 2008).

Brasil no período da deflagração da Crise de 1929

O Brasil, como país agroexportador, foi altamente afetado pela crise. Desde a proclamação da República, em 1889, a política externa brasileira se alterou consideravelmente, ou seja, o governo deixou de ser cauteloso e apostou em uma maior aproximação com os Estados Unidos (DORATIOTO, 2012, p.168). Na fase inicial da Depressão, o café representava 71% do total das exportações (BAER, 1996, p 50) e os Estados Unidos eram o maior consumidor de café, comprando cerca de 80% das exportações brasileiras.

Quando ocorre o “crack” da Bolsa de Nova York, o Brasil recebeu golpes na economia de todos os lados. Internamente, o país já estava envolvido com problemas econômicos - crise industrial¹⁶ e cafeeira - e políticos (CANO, 2012). Com o crack da bolsa, novos empréstimos no exterior, para a manutenção da política de valorização do café¹⁷, ficaram praticamente impossíveis de se conseguir. Entretanto, alguns problemas

¹⁶ No campo industrial, na década de 1920 salienta Cano (2012), que o cenário era desfavorável a indústria nacional. Com a fim da Primeira Guerra Mundial as indústrias estrangeiras começaram a se recuperar e retomar a produção. Ocorreu o aumento das exportações nacionais, com isso, as importações também voltaram a crescer e dentre os artigos importado encontravam-se produtos que concorriam com a produção nacional. A política cambial retirou em parte a proteção à indústria nacional. Diante desta redução do mercado eram frequentes as crises de superprodução.

¹⁷ Como forma de manter elevado o preço do café o governo brasileiro promovia a política de valorização do café, que consistia na aquisição pelo governo do excedente da produção que não seria absorvida pelo mercado. Era uma retirada temporária, posteriormente era recolocado no mercado. Essa política de defesa do café coube ao estado de São Paulo, com o auxílio do Instituto do Café e do Banco do Estado de São Paulo (FRANCO, 2012). O Brasil obteve grandes ganhos com a política de valorização do café, principalmente no início do século XX, quando possuía praticamente o monopólio da produção do



centrais da década de 20, como a “sobreinversão industrial”¹⁸, faziam com que os lucros obtidos no setor cafeeiro pela política de valorização do café, ao invés de serem revertidos em outras atividades, acabassem retornando para o setor cafeeiro, o que agravou e prolongou a solução do problema. Estes problemas apenas seriam sanados com medidas mais enérgicas. Para agravar a situação, possuíamos um grave desequilíbrio no balanço de pagamentos, do que resultou que, no ano de 1929, nossas contas externas estivessem estranguladas, sem perspectivas de melhora no curto prazo.

No plano político, o acirramento dos conflitos partidários desencadeou um movimento que pôs fim a Primeira República, em outubro de 1930, um ano após a quebra da Bolsa de Nova York, em outubro de 1930. A Revolução de 1930 significou uma grande mudança estrutural tanto em âmbito político, econômico e social.

Reação a Crise

As medidas para tentar amenizar os efeitos da Grande Depressão foram baseadas no forte intervencionismo estatal¹⁹. Assim, além da aquisição da produção, o governo passou a destruir o excesso estocado, medida implementada por Vargas a partir de 1931. Essa medida, porém, não protegeu apenas o setor cafeeiro. Ao injetar dinheiro na economia para a aquisição e posterior destruição do café, estava-se criando um poder de compra para contrabalançar a redução dos gastos dos exportadores e, com isso, diminuía-se o impacto da crise naqueles setores dependentes indiretamente da renda criada pelas exportações (FURTADO, 1963, 240)

Dessa forma, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, um apolítica anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados²⁰ (FURTADO, 1963, p. 238).

produto. Entretanto na safra de 1929-1930 houve uma superprodução, o que requeria mais dinheiro para assegurar o preço elevado do produto.

¹⁸ Sobre inversão industrial é a impossibilidade de se concentrar capitais que pudessem ser canalizados para a indústria pesada e a inexistência, a curto e médio prazo, de alternativas de exportação que pudessem alocar os capitais em outros novos produtos significativos e rentáveis (CANO, 2012, p 142).

¹⁹ Em 1931, o governo retira de São Paulo a responsabilidade pela política cafeeira, que passou a ser efetuada por um órgão do governo federal, o Conselho Nacional do Café. Este promoveu a aquisição de sucessivas safras de café, na tentativa de contornar o descompasso entre a produção e a demanda mundial.

²⁰ Pedro Cezar Dutra Fonseca traz para atualidade o debate em torno da tese de Furtado e a intencionalidade ou não do governo em favorecer com suas medidas a indústria brasileira. Para mais esclarecimentos ver FONSECA, 2012.



Ainda segundo Furtado, essas medidas anticíclicas tomadas pelo governo brasileiro preconizaram as políticas keynesianas²¹. Para além da consolidação da intervenção do Estado na economia, a Grande Depressão deixou outro legado, qual seja, como diria Furtado: o “deslocamento do centro dinâmico” da economia nacional, pelo uso da capacidade ociosa industrial. Baer sintetiza da seguinte forma esse efeito da Grande Depressão na economia brasileira:

A restrição das importações e a contínua demanda interna que resultou da receita gerada pelo programa de apoio ao café causou escassez de bens manufaturados e um conseqüente aumento nos preços relativos, o que agiu como catalisador para uma arrancada na produção industrial (BAER, 1996, p. 52).

Todo o processo desencadeado pela Grande Depressão, além de acentuar a intervenção do Estado na economia e gerar uma mudança considerável na dinâmica econômica, serviu fundamentalmente para demonstrar a fragilidade econômica do Brasil, ou seja, um país muito exposto a qualquer alteração internacional. A partir desse momento, começa-se a repensar as diretrizes econômicas que o país deveria seguir. Principalmente com Vargas e o projeto de tornar o Brasil uma “Nação Forte”. Será que isso seria possível, sendo o país altamente dependente do mercado exterior – agroexportador? Se a resposta for negativa, qual alternativa seguir? Uma opção seria a industrialização, mas como o fazer? Uma saída: atrair capital estrangeiro. Outro problema: como fazer isso? É com todas essas questões a serem resolvidas que o Brasil segue após a crise de 1929.

A Crise e sua repercussão na imprensa brasileira

A busca pelo material foi realizada pela utilização de palavras-chave que se interligam possibilitando o levantamento de grande quantidade de material. As palavras empregadas foram: *bolsa de títulos, bolsa de Nova York, Wall Street, Hoover, e crise do café*²². Ao efetuar a varredura dessas palavras, observamos que a temática da crise de

²¹ A análise de Furtado, que descrevia as medidas adotadas pelo governo como preconizadoras da política de Keynes, foi fortemente criticada por Peláez, que tentou de todas as formas desacreditar e desconstruir as argumentações de Furtado. Entretanto, logo surgiram críticas a Peláez que demonstram a fragilidade e incoerência de seus argumentos. Ver CANO, 2012 e BAER, 1996.

²² Os exemplares digitalizados são encontrados no site da hemeroteca digital é o caso do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã*, nos casos do Globo e do Estado de S. Paulo os exemplares digitalizados são encontrados no site do próprio jornal, ambos lugares de acesso permite a busca do material por palavras-chaves.



1929 pode ser encontrada nos mais diversos espaços dos jornais, tanto de opinião (editoriais, artigos, colunas), quanto de informação (notícia). Entretanto, ao efetuar uma busca mais atenta, percebeu-se que as tomadas de posição dos periódicos estudados não apresentou uma regularidade entre os mesmo e que o espaço que mais abordou o tema foi o de opinião.

Quando analisamos o conteúdo dos espaços de informações, percebemos diferenças e semelhanças de opinião. Em linhas gerais, todos conceberam que o “crack” da Bolsa estava relacionada a uma crise mundial. Porém com ênfase bem diversificada.

No que diz respeito às causas da quebra de Bolsa, os motivos elencados são os mais diversos. O *Correio da Manhã* é bem enfático ao colocar que as causas da crise já eram previstas.

“O pânico na Bolsa de Nova York foi um acontecimento previsto por muitos economistas e banqueiros como consequência da vertiginosa alta das ações, alta que teve início a cerca de dois anos, sempre bafejada pela grande expansão que muitos não consideram inflação, uma vez que não tem afetado o nível dos preços das mercadorias nem elevado o custo de vida”²³.

O *JB*, em um artigo intitulado “A queda dos valores”, aponta as ondas especulativas como causa do “crack” de Nova York²⁴. *O Globo* liga “a queda nos preços dos títulos na Bolsa de Nova York foi tão somente, em consequência da actuação dos capitães que seguem presentemente para Londres, onde a remuneração do Banco da Inglaterra elevou à taxa de 5½% para 6 ½%”²⁵. Com a alta em Londres, os “capitães” seguiram para este centro ocasionando a queda nos preços dos títulos de Nova York.

O Estado de S. Paulo demonstra uma perspectiva mais incomum entre os jornais analisados, sobre as causas da crise de 1929. Afirma: “está, hoje, plenamente averiguado que a crise daquela Bolsa consistiu, apenas, numa formidável jogatina de títulos”²⁶.

Sobre a visão acerca do *crack*, entre os jornais analisados, o *Correio da Manhã* é o primeiro a dar a notícia da quebra da Bolsa de Nova York, ainda ano dia 24 de outubro, com o seguinte título: “A peor baixa na história da Bolsa de Nova York”. No *O Globo*, encontramos apenas reportagens, que fazem referência a uma crise de extensão mundial,

²³ *Correio da Manhã*, 27 de outubro de 1929, p. 4.

²⁴ *Jornal do Brasil*, 17 de janeiro de 1930, p.5

²⁵ *O Globo*, 29 de outubro de 1930, p.6.

²⁶ *O Estado de São Paulo*, “Notas e Informações”, 30 de janeiro de 1930, p. 3



como o seguinte caso: “Mercado mundial em crise”²⁷. Curiosamente, *O Estado de São Paulo* foi o jornal pesquisado que mais noticiou a quebra do Bolsa de Valores propriamente como uma crise.

O Jornal do *Brasil* foi o segundo periódico que mais fez referência à quebra da bolsa de Nova York. Em um artigo, o jornal destacou que a crise da bolsa de valores foi um aspecto extraordinário e de repercussão mundial:

A crise na bolsa de valores ou títulos, de Nova York, foi o acontecimento mais extraordinário de 1929, affecta na baixa de sua cotação, o mercado em geral, do principal paiz, na composição internacional. Portanto, além de sua repercussão nacional como ponto de impulso, leva, ou pode levar, uma repercussão mundial²⁸.

Quanto aso reflexos do *crack* no Brasil e no mundo, no material levantado, notamos que o jornal *O Globo* não se posicionou sobre o “crack” da Bolsa de Nova York e as suas repercussões no Brasil. Tal periódico apresentou algumas notícias das agências internacionais, cuja opinião era que a “quebra” na Bolsa teria afetado outros países, mas a sua origem e efeito estariam unicamente relacionados às bolsas de valores das mais diversas praças espalhadas nos cinco continentes e não a outros fatores econômicos. O *Correio da Manhã* também compartilha da perspectiva que o a crise na Bolsa americana afeta o comércio mundial, em função da interligação dos demais países com os EUA²⁹.

Já o *Estado de São Paulo*, ao tratar dos reflexos da crise da Bolsa, associou esse fato à crise mundial. Porém, ao se referir ao Brasil, foi brando. Não percebeu que a crise da bolsa pudesse ter afetado consideravelmente o país, como podemos perceber nessa passagem:

Essa jogatina não influiu de maneira sensível na vida econômica da América do Norte e de qualquer outro paiz do mundo. O comércio internacional prosseguiu no seu rythmo costumado e ninguém deixou de vender o que estava habituado a vender. Por causa dessa jogatina, cremos nós, não se paralyzaram as negociações de café no mercado da América e não diminuiu de uma sacca o consumo de café naquele paiz. Tão limitada foi a acção pernicioso desse “crack” que não serviu elle de impedimento para a ampla

²⁷ O Globo, 29 de outubro de 1929, p. 1.

²⁸ *Jornal do Brasil*, 17 de janeiro de 1930, p.5

²⁹ *Correio da Manhã*, Efeitos internacionais do “crack” americano”, 31 de outubro de 1929, p. 4)



redução de impostos que, no fim do ano, em plena crise, o governo americano realizou³⁰.

O *Jornal do Brasil*, entretanto, demonstrou-se muito preocupado com as ondas de desemprego pelo mundo. Apontou a superprodução como um dos fatores que geram as crises econômicas e fez uma crítica indireta aos países industrializados que, mesmo sendo considerados os “melhores organizadores do trabalho nacional”, estavam enfrentando altos índices de desemprego. O *JB* apontou como uma das causas da crise as ondas especulativas, salientando que “essas baixa súbita dos valores era inevitável. A febre especulativa havia chegado ao seu auge. (...) as cotações foram escalando ao infinito, sem o menor respeito pelo que se produzia com o dinheiro empregado”³¹. Este mesmo jornal incomodou-se com a inação do governo norte-americano e pediu medidas imediatas. “Entre nós tem-se estranhado a falta de remédios enérgicos por parte dos poderes oficiais para combater a repercussão desse estado de crise”³².

Em relação a possíveis efeitos do *crack* da Bolsa de Nova York na crise do café no Brasil, a opinião mais destoante é a do *O Estado de São Paulo*. Este periódico argumentou que os efeitos da crise não foram tão significativos no Brasil, colocando os governantes brasileiros como os responsáveis pelos nossos problemas econômicos de então. O jornal foi categórico ao afirmar que o governo tanto federal quanto o do Estado de São Paulo estavam utilizando o “crack” da bolsa como “desculpa” para a crise, ao serem “apanhados em flagrante improvidência”. Atacando a política de elevação do preço do café – que, segundo esse jornal, seria uma “insanidade” - e, principalmente, reforçando que a culpa era do governo federal, pois este havia, em seus discursos otimistas, deixado os cafeicultores com sua vigilância “adormecida”³³. Para reforçar sua arguição, afirmou que quebra da bolsa foi posterior a crise do café e que, assim, a mesma não poderia “de forma alguma carregar a culpa do sucedido”³⁴.

O Globo, entretanto, em seu noticiário, traz as perspectivas do Dr. Francisco Ferreira Ramos, presidente da Sociedade Paulista de Agricultura e membro do Instituto

³⁰ *O Estado de São Paulo*, “Notas e Informações”, 30 de janeiro de 1930, p. 3

³¹ *Jornal do Brasil*, 08 de janeiro de 1930, p. 6

³² *Jornal do Brasil*, 08 de janeiro de 1930, p. 6

³³ *O Estado de S. Paulo*, 16 de janeiro de 1930, p. 3

³⁴ *O Estado de S. Paulo*, 16 de janeiro de 1930, p. 3



do Café. Para este entrevistado, seriam três os motivos para a crise do café e o segundo delas era a baixa dos títulos da Bolsa de Nova York, obrigando os portadores de café vendê-los a fim de enfrentar os encargos criados pelas dificuldades oriundas das transações efetuadas. O *Correio da Manhã* compartilhou a mesma perspectiva de que as exportações de café foram afetadas pela crise internacional e, por consequência, a economia brasileira igualmente sofreu essas consequências.

Considerações finais

Pelos títulos das notícias, observamos que os jornais possuíam a visão de que o “crack” de Nova York representava uma crise de repercussão mundial. Porém, nos textos que abordaram o assunto logo após a “quebra” e no ano que se segue, é perceptível um tom de cuidado para não exagerar as dimensões do problema. Isso pode se dever ao fato de a crise ainda ser muito recente. Talvez houvesse o receio de acirrar excessivamente os ânimos, tendo em vista que os próprios “homens de negócios” escondiam, negavam ou mesmo não se davam conta da real situação mundial.

Dentre os quatro jornais trabalhados, encontramos uma diferença acentuada entre *O Globo*, que mal noticiou o acontecimento, trazendo pouco o assunto para o debate. Acreditamos que tal posição pode ser explicada pela caracterização de seu público alvo, geralmente de grupos sociais mais pobres, onde os assuntos internacionais não eram a pauta mais significativa. No outro lado oposto, encontramos o *Correio da Manhã*, que além de ser o primeiro jornal a noticiar a “quebra” da Bolsa, logo chamou a atenção para os efeitos negativos que ela poderia trazer à economia mundial. No meio termo, podemos situar o *Jornal do Brasil* e o *Estado de S. Paulo*, sendo este último o impresso que mais noticiou o acontecimento, mas expressou pouca opinião sobre o mesmo. Quando o fez, porém, tentou retirar do “crack” da Bolsa o peso sobre a crise brasileira, defendendo que esta se dava em função da má administração federal. O que se pode deferir dessa posição do jornal é o reforço do seu caráter de oposição ao governo de Washington Luiz. O *JB*, provavelmente por defender a condição do Brasil como uma economia agroexportadora, evitou ou não teve elementos conceituais suficientes para se posicionar sobre a questão.



Bibliografia:

- ABREU, Marcelo de Paiva. O Processo econômico. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). Olhando para dentro 1930 -1964. Oficinas da Geografia, São Paulo, 2013.
- ANDRADE, Manoel Correia de. A Revolução de 30: da República Velha ao Estado Novo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- BAER, Werner. A Economia brasileira, Nobel, São Paulo, 1996.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo : 70, 2011.
- CANO, Wilson. Crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização. In.: BASTOS, Pedro Paulo Z. e FONSECA, Pedro Cezar D (Orgs.). A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- DORATIOTO, Francisco. O Brasil no mundo / Idealismos, novos paradigmas e voluntarismo. In.: SCHWARCZ, Lilian Mortiz. História do Brasil Nação: 1808-2010: A abertura para o mundo: 1889-1930. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2012
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Instituições e política econômica: crise e crescimento econômico do Brasil na década de 1930. In.: BASTOS, Pedro Paulo Z. e FONSECA, Pedro Cezar D (Orgs.). A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- FRANCO, Gustavo H. B e LAGO, Luiz A. C. do. O processo econômico: a economia da Primeira República, 1889-1930. In.: SCHWARCZ, Lilian Mortiz. História do Brasil Nação: 1808-2010: A abertura para o mundo: 1889-1930. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2012
- FRIEDEN, Jeffry A. Capitalismo Global: história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- FRITSCH, Winston. Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930. In.: ABREU, Marcelo de Paiva. A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus 1989.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963.
- GREMAUD, Amaury Patrick. Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Atlas, 2014.
- MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textualdiscursiva. Ciência & Educação: Bauru, SP, v. 9, n. 2, 2003.
- PARKER, Selwyn. O Crash de 1929: As lições que ficaram da grande depressão. São Paulo: Globo, 2009.
- REZENDE FILHO, Cyro de Barros. História econômica geral. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- SCIRICA, Elena. Expansión, crisis y recomposición. Estados Unidos, de los “años locos” al estallido de la crisis y el New Deal. In.: MARCAIDA, Elena V (Comp.). Historia económica mundial contemporânea: de la Revolución Industrial a la globalización neoliberal. Vicente López: Dialektik Editora, 2009.
- WYDLER, Agustín. Taylorismo, fordismo y acumulación flexible. Modelos de acumulación y organización del trabajo em el capitalismo. In.: MARCAIDA, Elena V (Comp.). Historia económica mundial contemporânea: de la Revolución Industrial a la globalización neoliberal. Vicente López: Dialektik Editora, 2009.